

SUMÁRIO EXECUTIVO

# Justiça

em números 5

# 2024



**SUMÁRIO EXECUTIVO**

# **Justiça** *em números* 5 **2024**



# SUMÁRIO EXECUTIVO

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) traz ao público, há 21 anos, o Relatório Justiça em Números, diagnóstico que se consolida como um dos principais documentos de publicidade e transparência da Administração Pública do Brasil, no que diz respeito ao Poder Judiciário.

Este sumário executivo tem por principal objetivo apresentar em linguagem simples, sintética e visualos dados mais relevantes que integram a publicação Justiça em Números, de modo a facilitar ao leitor a compreensão das principais informações sobre o Judiciário nacional.

Aqui, há, então, a compilação dos dados mais relevantes do Sistema de Estatísticas do Poder Judiciário, fazendo-se uso, para tanto, de infográficos, textos curtos e tabelas que facilitam ao(a) leitor(a) a compreensão das informações sobre o Judiciário nacional.

Dessa forma, quanto aos **Processos Novos em 2023**, destaca-se:

- ▶ Foram 35 milhões de processos novos, o maior número da série histórica de quase 20 anos, com aumento de 9,4% em relação ao ano anterior.

Segmento	Casos Novos 1º Grau	Casos Novos 2º Grau	Total de Casos Novos	Variação percentual com o ano anterior
Justiça Estadual	21.845.376	3.315.164	25.160.540	6,7%
Justiça Federal	4.648.275	430.714	5.078.989	13,0%
Justiça do Trabalho	3.283.788	912.754	4.196.542	28,7%
Justiça Eleitoral	74.223	10.408	84.631	-55,6%
Justiça Militar Estadual	2.239	1.619	3.858	-3,2%
Tribunais Superiores			755.425	4,9%
<b>Total</b>	<b>29.856.095</b>	<b>4.670.659</b>	<b>35.282.179</b>	<b>9,4%</b>

Quanto aos **Processos em Tramitação em 31/12/2023**:

- ▶ O ano de 2023 se encerrou com um acervo de 83,8 milhões de processos em tramitação (aqui incluídos os suspensos, sobrestados e em arquivamento provisório).
- ▶ Em 2023 foram recebidos 3 milhões de casos novos a mais do que em 2022. Apesar disso, a alta da produtividade atenuou esse impacto e resultou em saldo de elevação do acervo processual de 896 mil processos.

- ▶ Aumento no número de casos da Justiça Federal (5,8%), em razão dos processos de Juizados Especiais Federais que tratam da correção do FGTS, e que estão suspensos aguardando julgamento final pelo STF da ADI 5090.

Segmento	Casos Pendentes 1º Grau	Casos Pendentes 2º Grau	Total de Casos Pendentes	Varição percentual com o ano anterior
Justiça Estadual	62.120.047	2.687.530	64.807.577	0,5%
Justiça Federal	11.529.401	1.077.388	12.606.789	5,8%
Justiça do Trabalho	4.708.495	725.475	5.433.970	0,1%
Justiça Eleitoral	52.042	23.070	75.112	-62,9%
Justiça Militar Estadual	3.276	1.039	4.315	-2,5%
Tribunais Superiores			875.026	2,5%
<b>Total</b>	<b>78.415.910</b>	<b>4.514.502</b>	<b>83.805.438</b>	<b>1,1%</b>

#### Quanto aos Processos Baixados em 2023:

- ▶ Aumento na produtividade de 6,9%, segundo maior percentual da série histórica. Na Justiça do Trabalho, o incremento foi de 20,1%. Foram 35 milhões de processos baixados e 33 milhões de sentenças proferidas.

Segmento	Processos Baixados 1º Grau	Processos Baixados 2º Grau	Total de Processos Baixados	Varição percentual com o ano anterior
Justiça Estadual	22.158.519	3.217.086	25.375.605	8,7%
Justiça Federal	4.020.965	496.155	4.517.120	-9,1%
Justiça do Trabalho	3.358.115	784.362	4.142.477	20,1%
Justiça Eleitoral	179.513	32.732	212.245	-19,6%
Justiça Militar Estadual	2.392	1.595	3.987	-3,6%
Tribunais Superiores			734.169	4,7%
<b>Total</b>	<b>29.722.141</b>	<b>4.531.930</b>	<b>34.988.240</b>	<b>6,9%</b>

#### Quanto ao Tempo Médio de tramitação dos casos pendentes em 31/12/2023:

- ▶ O indicador mostra há quantos anos tramitam os processos que estão pendentes: média de 4 anos e 3 meses.
- ▶ Excluídas as execuções fiscais, o tempo médio do processo pendente cairia para 3 anos e 1 mês.
- ▶ A execução fiscal tem um tempo médio de 6 anos e 9 meses.

<b>Segmento</b>	<b>Tempo médio dos casos pendentes 1º Grau</b>	<b>Tempo médio dos casos pendentes 2º Grau</b>	<b>Tempo médio dos casos pendentes</b>
Justiça Estadual	4a 6m	2a 2m	4a 5m
Justiça Federal	4a 4m	3 a	4a 3m
Justiça do Trabalho	3a 5m	1 a	3a 1m
Justiça Eleitoral	1a 7m	1a 3m	1a 6m
Justiça Militar Estadual	1a 7m	8m	1a 3m
Tribunais Superiores			1a 8m
<b>Total</b>	<b>4a 5m</b>	<b>2a 2m</b>	<b>4a 3m</b>

### Quanto ao **Tempo Médio de tramitação dos processos baixados em 2023:**

- ▶ O indicador mostra quanto tempo levaram para serem resolvidos os processos baixados em 2023: média de 2 anos e 7 meses.
- ▶ Excluídas as execuções fiscais, o tempo médio seria reduzido para 2 anos e 1 mês.
- ▶ Os processos de execução fiscal baixados em 2023 levaram em média 7 anos e 9 meses.

<b>Segmento</b>	<b>Tempo médio dos processos baixados 1º Grau</b>	<b>Tempo médio dos processos baixados 2º Grau</b>	<b>Tempo médio dos processos baixados</b>
Justiça Estadual	3a 1m	10m	2a 10m
Justiça Federal	2a 3m	1a 11m	2a 3m
Justiça do Trabalho	2a 2m	10m	1a 11m
Justiça Eleitoral	1a 2m	11m	1a 2m
Justiça Militar Estadual	1a 3m	7m	1a
Tribunais Superiores			1a 1m
Total	2a 10m	11m	2a 7m

## **MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL**

### ***DINÂMICA DOS ACERVOS PROCESSUAIS***

- No final de 2023, 83,8 milhões de processos aguardavam desfecho na Justiça, alta de 1,1% em relação ao final de 2022. Entre as razões para o aumento, está a alta de processos que tramitam em juizados especiais, especialmente na Justiça Federal. Em 2023, foram 1,3 milhão de processos a mais desse tipo.
- Excluídos os 18,5 milhões de processos suspensos, existem 63,6 milhões de demandas em análise na Justiça. Entre os suspensos, estão 2,5 milhões de processos que aguardam julgamento de precedentes obrigatórios: repercussão geral (STF), recurso repetitivo (STJ), incidente de assunção de competência (IAC) e incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR).
- O ingresso de casos novos atingiu o maior patamar da série histórica, com o volume de 35,3 milhões em 2023, alta de 9,4% frente a 2022. Desses, excluídos os recursos e as execuções judiciais, 22,6 milhões ingressaram pela primeira vez na Justiça em 2023.
- A Justiça julgou 33,2 milhões de processos em 2023, o maior volume da série histórica. O total corresponde a um aumento de 11,3% em relação a 2022 e de 40,3% no acumulado dos últimos 14 anos. Também foram baixados 35 milhões de processos.
- Foram reativados 1,7 milhão de processos, que voltaram para análise judicial por, entre outros motivos, sentenças anuladas na instância superior ou remessas e retornos de autos por questões de competência.



## ENTRADA

CASOS NOVOS: 35,3 MILHÕES ▲ 9,4%

CASOS NOVOS ORIGINÁRIOS\*: 22,6 MILHÕES ▲ 5,8%

O ACESSO À JUSTIÇA TEM CRESCIDO APÓS O TÉRMINO DA PANDEMIA

\*CASOS NOVOS ORIGINÁRIOS SÃO OS PROCESSOS QUE INGRESSARAM PELA PRIMEIRA VEZ NO JUDICIÁRIO, EXCLUÍDOS OS RECURSOS E AS EXECUÇÕES JUDICIAIS

## ESTOQUE PENDENTES BRUTOS

83,8 MILHÕES ▲ 1,1%

**PROCESSOS SUSPENSOS**  
22% DO TOTAL  
18,5 MILHÕES ▲ 9,4%

**PENDENTES LÍQUIDOS**  
76% DO TOTAL  
63,6 MILHÕES ▼ 0,9%



## SAÍDA

JULGADOS: 33,2 MILHÕES

BAIXADOS: 35 MILHÕES ▲ 6,9%

REATIVADOS: 1,7 MILHÕES

PROCESSOS QUE VOLTARAM PARA ANÁLISE JUDICIAL

## PRODUTIVIDADE E DESEMPENHO DO JUDICIÁRIO

### RITMO DE TRABALHO DAS PESSOAS QUE ATUAM NA JUSTIÇA

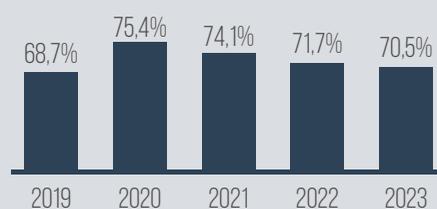
- O Índice de Produtividade da Magistratura brasileira (IPM) cresceu 6,8% em 2023, rompendo a barreira dos 2.000 processos baixados por juiz ou juíza, em média. Foram 8,6 casos solucionados por magistrado(a) a cada dia útil.
- O Índice de Produtividade por Servidor (IPS-Jud) aumentou 5% em 2023, com a baixa de 170 processos por servidor ou servidora da área judiciária, em média, por ano.
- A taxa de congestionamento caiu para 70,5%, ou seja, a cada 100 processos tramitados, quase 30 foram baixados no mesmo ano em que ingressaram. Esse é o segundo melhor resultado em 15 anos.
- O Índice de Atendimento à Demanda (IAD) ficou em 99,2%, ou seja, a quantidade de processos baixados no ano correspondeu a 99,2% do número de novos casos que ingressaram no mesmo período. Isso resultou no aumento de 896 mil processos no estoque.
- Mantido esse ritmo de trabalho e sem o ingresso de mais processos, o tempo de giro de todo o acervo da Justiça seria de 2 anos e 5 meses.





### TAXA DE CONGESTIONAMENTO

**70,5%** OU SEJA: A CADA 100 PROCESSOS TRAMITADOS, QUASE **30%** FORAM BAIXADOS NO MESMO ANO DE INGRESSO



MENOR TAXA DESDE A PANDEMIA



### TEMPO DE GIRO DE ACERVO

PRAZO PARA ZERAR O ESTOQUE ATUAL SEM INGRESSO DE NOVOS CASOS

**2 ANOS E 5 MESES**

JUSTIÇA FEDERAL:

**2 ANOS E 10 MESES**

JUSTIÇA ESTADUAL:

**2 ANOS E 7 MESES**

JUSTIÇA DO TRABALHO:

**1 ANO E 4 MESES**

JUSTIÇA MILITAR:

**1 ANO E 1 MÊS**

## DESAFIO DAS EXECUÇÕES FISCAIS

### OTIMIZANDO ESFORÇOS PARA DESJUDICIALIZAR DÍVIDAS COM PODER PÚBLICO

- As execuções fiscais correspondem a 31% de todos os casos pendentes da Justiça e a 59% do total das execuções pendentes.
- A taxa de congestionamento na execução fiscal é de 87,8%. Sem esses processos, a taxa global do Judiciário cairia de 70,5% para 64,7%.
- O tempo médio de tramitação das execuções baixadas foi de 7 anos e 9 meses, o triplo do tempo médio global do processo baixado.
- Para fazer frente ao desafio, o CNJ editou a Resolução CNJ n. 547/2024, que instituiu medidas de tratamento das execuções fiscais pendentes. Também assinou acordos com estados e prefeituras para facilitar a extinção de execuções fiscais.

**31%**

DOS CASOS PENDENTES:  
**86%** NA JUSTIÇA ESTADUAL  
E **14%** NA JUSTIÇA FEDERAL

**59%**

DAS EXECUÇÕES PENDENTES,  
INCLUÍDAS AS CÍVEIS E PENAS

**87,8%**

DE TAXA DE  
CONGESTIONAMENTO

SEM ESSES PROCESSOS, A TAXA  
DA JUSTIÇA CAIRIA DE **70,5%** PARA **64,7%**

EM 2023, HOVE UMA REDUÇÃO DE

**600 MIL**

DEMANDAS DE EXECUÇÕES FISCAIS

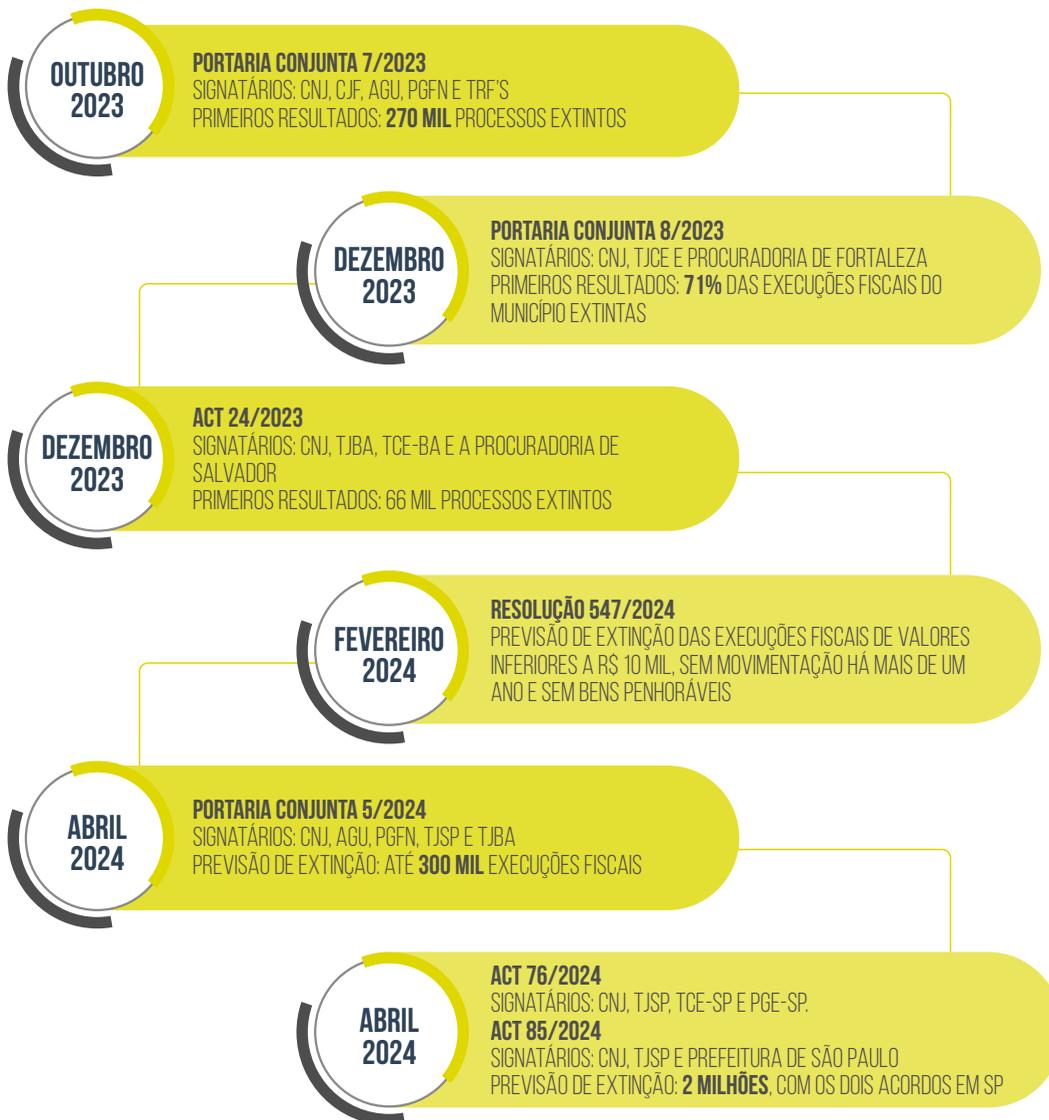
TEMPO MÉDIO DE TRAMITAÇÃO DO  
PROCESSO PENDENTE DE EXECUÇÃO FISCAL

**6 ANOS E 9 MESES**

TEMPO MÉDIO DE TRAMITAÇÃO DOS PROCESSOS  
PENDENTES, EXCLUÍDAS AS EXECUÇÕES FISCAIS

**3 ANOS E 1 MÊS**

## ações do CNJ para a desjudicialização



## ESTRUTURA DA JUSTIÇA AS PESSOAS QUE FAZEM A JUSTIÇA

- Os tribunais brasileiros contam com a atuação de 446.534 profissionais, entre magistrados e magistradas, servidores e servidoras, terceirizados e terceirizadas, estagiários e estagiárias. Esse contingente é maior que a população das capitais de cinco estados brasileiros: Amapá (Macapá), Roraima (Boa Vista), Acre (Rio Branco), Espírito Santo (Vitória) e Tocantins (Palmas).
- Ao todo, são 15.646 unidades judiciárias, sendo 12.735 especializadas ou de competência exclusiva e 2.098 juízos únicos. Os juízos únicos estão localizados em comarcas brasileiras com apenas uma vara e que abarcam competências diversas.
- As despesas da Justiça em 2023 foram de R\$ 132,8 bilhões, o que representa 1,2% do PIB ou 2,38% dos gastos totais da União, dos estados, do DF e dos municípios. Já a arrecadação de receitas públicas, por meio do Judiciário, totalizou R\$ 68,74 bilhões, montante correspondente a 52% das despesas de toda a Justiça.





## DESPESAS: **R\$132,8 BILHÕES**

DECOMPOSIÇÃO:

PESSOAL: **R\$119,7 BI (90,2%)**

OUTRAS DESPESAS: **R\$13 BI (9,8%)**

DESPESAS DE CAPITAL: **R\$ 3 BI**

OUTRAS DESPESAS CORRENTES: **R\$ 9,9 BI**

INFORMÁTICA **R\$ 3,6 BI** ↑10,7%

## ARRECADAÇÃO DE RECEITAS: **R\$ 68,74 BILHÕES**

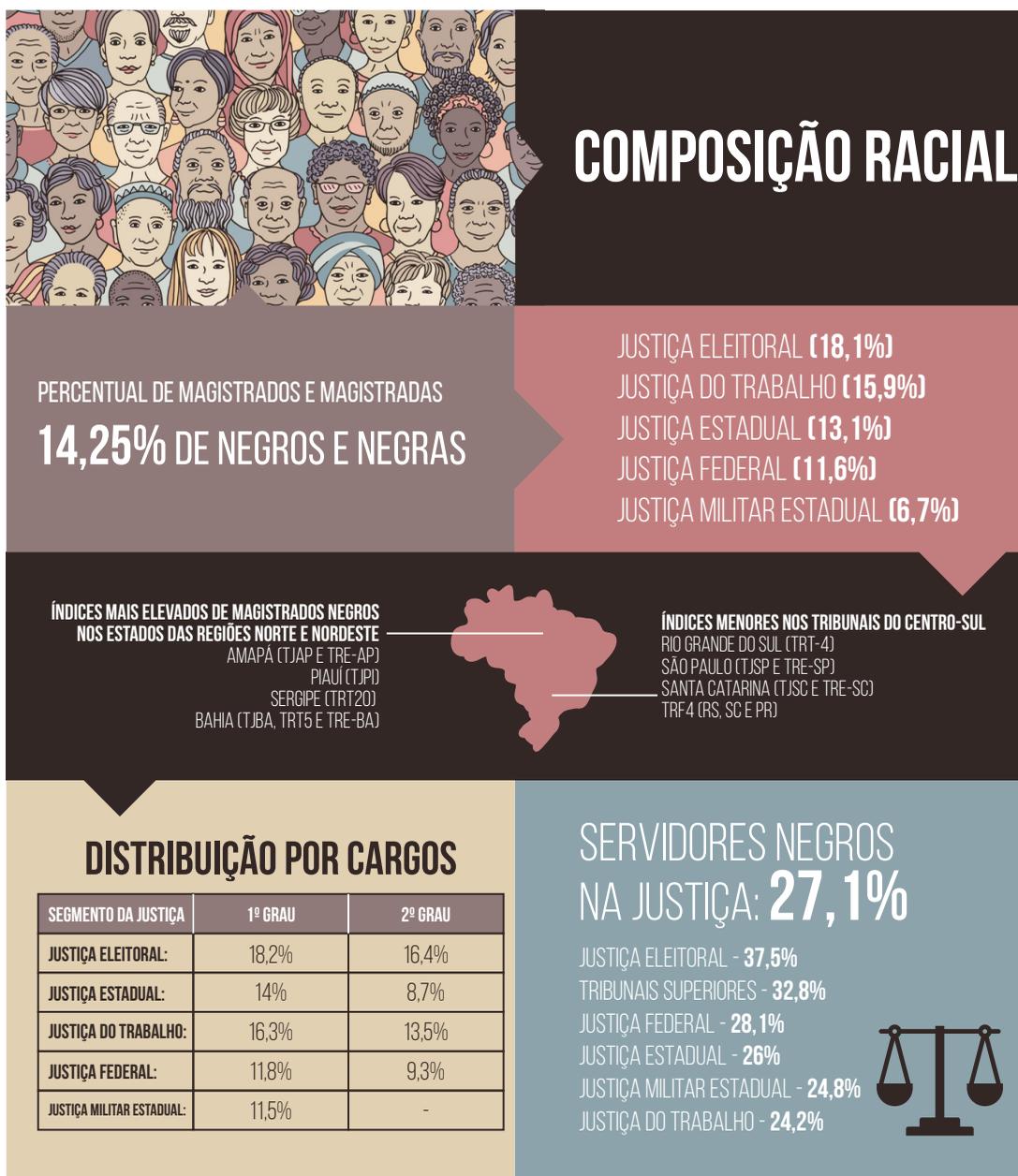
52% DAS DESPESAS  
TOTAIS DO JUDICIÁRIO

FONTES:

- **R\$ 13,5 BI** - CAUSA MORTIS EM INVENTÁRIOS/ARROLAMENTOS JUDICIAIS -
- **R\$ 23,7 BI** - CUSTAS, FASE DE EXECUÇÃO, EMOLUMENTOS E EVENTUAIS TAXAS
- **R\$ 26,2 BILHÕES** - EXECUÇÃO FISCAL
- **R\$ 4,4 BILHÕES** - EXECUÇÃO PREVIDENCIÁRIA
- **R\$ 1 BILHÃO** - IMPOSTO DE RENDA
- **R\$ 8,4 MILHÕES** - PENALIDADES DECORRENTES DE RELAÇÕES DE TRABALHO

## COMPOSIÇÃO RACIAL E DE GÊNERO

- Melhorias no cadastro nacional da força de trabalho do Poder Judiciário permitiram obter dados sobre as políticas judiciárias para alcance da composição de gênero e da composição racial nos quadros de pessoal e auxiliar. Acesse: <https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/pai-nel-mpm-pessoal/>.
- O perfil étnico-racial da Justiça aponta a presença de 14,3% de negros e negras na magistratura. O maior percentual está na Justiça Eleitoral (18,2%).



- A participação feminina na magistratura, até o final de abril de 2024, é de 36,8%. O segmento com o maior índice de participação feminina é o das juízas substitutas de 1º grau, de 41,68%.



## PROCESSOS ELETRÔNICOS

### ROTINAS DIGITAIS NO FUNCIONAMENTO DA JUSTIÇA

- Ao final de 2023, 90,6% dos processos em tramitação na Justiça eram eletrônicos. No ano, 99,6% dos casos novos ingressaram eletronicamente. Em 15 anos, foram protocolados 253,3 milhões de casos novos em formato eletrônico.
- 79,3% unidades judiciárias de primeiro grau comportam o Juízo 100% Digital. Há 49 tribunais com 100% de adesão a esse modelo de atendimento criado pelo CNJ, em que todos os atos processuais são praticados de modo remoto.
- Existem 21.751 pontos de balcão virtual em funcionamento, permitindo acesso remoto, direto e imediato dos usuários dos serviços da Justiça às secretarias das varas em todo o país.
- 418 pontos de inclusão digital (PID) oferecem espaço equipado com computadores e câmeras para a prática de atos processuais, como depoimentos por sistema de videoconferência.

EM 15 ANOS,

# 253,3 MILHÕES

DE CASOS JÁ CHEGARAM EM FORMATO ELETRÔNICO

## 90,6%

EM TRAMITAÇÃO ELETRÔNICA  
EM 2023

TEMPO MÉDIO DO PROCESSO ELETRÔNICO:

**3 ANOS E 5 MESES**

TEMPO MÉDIO DO PROCESSO FÍSICO:

**12 ANOS E 4 MESES**

### VIRTUALIZAÇÃO DOS CASOS NOVOS:

JUSTIÇA ELEITORAL: **100%**

JUSTIÇA DO TRABALHO: **100%**

JUSTIÇA FEDERAL: **100%**

JUSTIÇA ESTADUAL: **99,4%**

MILITAR ESTADUAL: **99,4%**

## JUÍZO 100% DIGITAL



**79,3%**

UNIDADES JUDICIÁRIAS DE PRIMEIRO GRAU ADEPTAS

**49**

TRIBUNAIS COM 100% DE ADEÇÃO

SOMENTE 17 TRIBUNAIS TÊM MENOS DE 90% DAS UNIDADES NO JUÍZO 100% DIGITAL:

**1** TRIBUNAL ELEITORAL **10** ESTADUAIS

**4** FEDERAIS **2** TRABALHISTAS



## BALCÃO VIRTUAL

**21.751**

PONTOS EM FUNCIONAMENTO:

JUSTIÇA ESTADUAL **14.497**

JUSTIÇA ELEITORAL **2.871**

JUSTIÇA DO TRABALHO **2.542**

JUSTIÇA FEDERAL **1.782**



## PONTOS DE INCLUSÃO DIGITAL (PID)

DADOS DE ABRIL/2024

ESPAÇO EQUIPADO COM COMPUTADORES E CÂMERAS PARA A PRÁTICA DE ATOS PROCESSUAIS, QUE PODEM OFERTAR TAMBÉM SERVIÇOS DE OUTROS ÓRGÃOS, DE PERÍCIA MÉDICA E DE CIDADANIA

**418** PIDS NO BRASIL:

 **160**

  **46**

    **74**

       **121**

        **17**

NÃO POSSUEM PIDS REGISTRADOS: ALAGOAS E SÃO PAULO

LEGENDA:

 RAMO DE JUSTIÇA

 ÓRGÃO PÚBLICO

 PERÍCIA MÉDICA

 CIDADANIA



